

Ata da 12ª Reunião Ordinária do CERHi;

1
2
3 No Décimo Sexto dia do mês de Março de 2016, (16/03/2016), às 9:00
4 horas, em segunda chamada, no Auditório Jaime Câmara, no 9º Andar do
5 Palácio Pedro Ludovico Teixeira, foi realizada a Décima Segunda (12ª)
6 reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que foi presidida, por
7 indicação do Presidente do Conselho VILMAR DA SILVA ROCHA, pelo
8 Secretário Executivo de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura,
9 Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) e Conselheiro do CERHi,
10 **MÁRIO JOÃO DE SOUZA**; Item I – Abertura da sessão e verificação do
11 quórum; participaram da reunião os seguintes conselheiros: BENTO DE
12 GODOY NETO, e JOÃO RICARDO RAISER da Secretaria de Meio
13 Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos
14 Metropolitanos - (SECIMA); ANDRÉ DE OLIVEIRA AMORIM da
15 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e
16 Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação – (SED); CLÁUDIO
17 RODRIGUES DA SILVA da Agência Goiana de Regulação, Controle e
18 Fiscalização de Serviços Públicos – (AGR); ÉRICO EMÍLIO COELHO e
19 HENRIQUE LUIS ARAUJO da Empresa de Saneamento de Goiás S/A -
20 (SANEAGO); ANTÔNIO MARTINS BORGES NETO da Companhia
21 Energética de Goiás - (CELG); ALÉCIO MARÓSTICA da Associação dos
22 Irrigantes do Estado de Goiás – IRRIGO-GO; JORDANA GABRIEL SARA
23 da Federação da Agricultura do Estado de Goiás – (FAEG); PEDRO
24 SILVÉRIO PEREIRA e ELAINE FARINELLI LOPES NORONHA da
25 Federação das Indústrias do Estado de Goiás – (FIEG); FÁBIO FLORIANO
26 HAESBAERT da Associação de Mineradores de Águas Termais de Goiás –
27 (AMAT-GO); FRANCISCO GANZER NETO do Conselho Regional de
28 Engenharia e Arquitetura de Goiás – (CREA-GO); MAURÍCIO DA VEIGA
29 JARDIM do Fórum Goiano de Comitês de Bacias Hidrográficas – (FGCBH);
30 Prof. PAULO SÉRGIO SCALIZE e Prof. ALEXANDRE KEPLER SOARES
31 da Universidade Federal de Goiás – (UFG); LUIZ CARLOS ZYTKUEWISZ
32 e KHAREN DE ARAUJO TEIXEIRA do Cadastro das Entidades
33 Ambientais de Goiás – (CEAmG); MARCOS ANTONIO CORRENTINO
34 DA CUNHA da Associação Brasileira de Recursos Hídricos – (ABRH); Dra.
35 SUELENA CARNEIRO CAETANO FERNANDES JAYME e Dr. JULIANO
36 DE BARROS ARAUJO do Ministério Público do Estado de Goiás – MP-GO;
37 Conferida a Lista de presença e confirmado o quorum necessário, o Presidente
38 da Reunião, conselheiro Mário João de Souza, abriu os trabalhos saudando e
39 agradecendo a presença de todos; Passando ao item II - Ordem do dia, N°1 –
40 **Lançamento do Edital do processo eleitoral do Comitê de Bacia do**
41 **Meia Ponte**; o Presidente chama, para apresentar, o Sr. João Ricardo
42 Raiser, Gerente de Planejamento e Apoio ao Sistema de Recursos Hídricos
43 da Secima e Membro desse conselho. Após cumprimentar a todos os

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERHi

44 presentes o Sr. João Raiser informa que “em função do Mandato ter
45 vencido, e necessário fazer a revisão e reorganização do Comitê de Bacia
46 do Meia Ponte, refazendo o processo de Mobilização para eleição de um
47 novo plenário e, conseqüentemente, a eleição de sua nova Diretoria; Faz
48 uma pequena apresentação informando como será o processo, informando
49 que o comitê fez uma reunião no último dia primeiro do mês de Março, onde
50 foi aprovada a deliberação nº 23 que traz as regras do Processo Eleitoral e
51 diz como irá funcionar, que é um processo que está definido, também, pela
52 resolução nº 5 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e resolução nº 3
53 do CERHi, além do Regimento Interno do Comitê e o Decreto de
54 constituição do Comitê e demais documentos; que é um processo que
55 necessita ser renovado a cada mandato; disse, que o comitê é composto
56 por 30 membros, sendo, 12 (doze) membros (40%) representantes do
57 Poder Público Estadual e Municipal, 12 (doze) membros (40%)
58 representantes dos Setores Usuários dos Recursos Hídricos e 06 (Seis)
59 20% de membros representantes da Sociedade Civil; disse que esse
60 processo deverá durar cerca de 90 dias; que a comissão eleitoral já tem um
61 indicado, Sr. Marcos Antonio Correntino da Cunha, representante da
62 Associação Brasileira de Recursos Hídricos – (CBRH) e que o mesmo será
63 o Presidente da comissão que conduzirá o processo eleitoral; disse ainda,
64 que gostaria de contar com todos os membros do CERHi para ampliar a
65 divulgação de todo esse processo; da importância da representatividade; da
66 importância da participação de todos os Setores na defesa dos interesses
67 do Comitê de Bacia; que serão aprovados importantes instrumentos e,
68 finalizando, que não existe nenhuma atividade que se desenvolva sem
69 água no processo ou como parte no processo Produtivo e por isso a
70 importância da participação e envolvimento de todos para que se faça um
71 bom uso desse recurso; Finalizando, sua apresentação, foi aberta a palavra
72 para quem quisesse se manifestar mas não houve nenhuma manifestação;
73 O Presidente da reunião, Mário João de Souza, chamou o Sr. Marcos
74 Correntino, para assinar a deliberação que dará início ao processo. **Nº 2 –**
75 **Aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos;** Disse o Presidente
76 que o Plano está sendo elaborado a cerca de 4 (Quatro) anos e que o
77 próximo paço seria o envio, do mesmo, para Assembléia Legislativa para
78 transformação em Projeto de Lei; Chamou então o Sr. João Ricardo Raiser
79 para apresentar o Plano para sua aprovação; Começando sua
80 apresentação, disse que a proposta dessa apresentação é *mostrar como*
81 *chegamos aqui e quais os passo temos que dar;* fez um pequeno Histórico
82 dizendo que o plano é previsto na Constituição Estadual, artigos 132 e 140
83 que tratam do processo de elaboração do plano; que até 1997 o processo
84 de elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos era elaborado em
85 conjunto com o Plano Estadual de Mineração e que com a criação da
86 Secretaria Estadual de Recursos Hídricos o Plano passou a ser elaborado
87 de uma forma isolada; que o Estado de Goiás elaborou, 2 (dois) planos: um
88 que foi de 1991 a 1994 e outro de 1995 a 1998; Que a partir daí foram feitas
89 várias tentativas de atualização sem sucesso, sendo assim, encontra-se

90 desatualizado; Que o Plano é um dos instrumentos de gestão previstos nas
91 Políticas, Nacional e Estadual de Recursos Hídricos e que sua função é
92 orientar o Uso e a implementação dessa Política; que é o instrumento maior
93 de planejamento do Estado e que dá as diretrizes quanto a orientação dos
94 usos e da implementação dos demais instrumentos de gestão; Que o início
95 das negociações para a elaboração desse plano foram iniciadas em agosto
96 de 2012 para que fosse regatado esse importante instrumento de gestão;
97 Importante frisar que o Plano contempla as diretrizes de Políticas Públicas e
98 diretrizes apresentadas pelos usuários, bem como contempla Estudos
99 Técnicos levantados de 2012 até meados de Março do ano de 2015, na
100 medida em que esses produtos foram sendo elaborados, apresentados e
101 aprovados por este conselho; Após apresentação foi aberta a palavra; O
102 conselheiro Alécio Maróstica, fazendo uso da palavra, disse que o Plano
103 não apresenta solução para muitos problemas e que precisa ser
104 modificado; Também o conselheiro Francisco Ganzer Neto, no uso da
105 palavra, disse que concorda com o conselheiro Alécio; o Sr. João Raiser
106 retoma a palavra e sintetiza dizendo que o Plano já foi discutido e apreciado
107 e que agora precisa ser Transformado em Lei para que comesse a ser
108 executado; O conselheiro Pedro Silvério - FIEG, fazendo uso da palavra, diz
109 que concorda com as palavras do Sr. João Raiser, e afirma que as
110 Indústrias precisam da definição do Plano; que as Indústrias não tem futuro
111 sem a definição do Plano; o conselheiro Luiz Carlos –CEAmG, no uso da
112 palavra, diz que realmente precisa ser zoneado, setorizado e codificado o
113 volume, não só a vazão, mas a qualidade da água que será destinada à
114 irrigação; O Presidente em exercício Sr. Mario João de Souza, passa o
115 comando da reunião ao Conselheiro, Maurício da Veiga Jardim que,
116 continuando a reunião, passa a palavra ao Conselheiro Juliano de Barros
117 Araújo – MP-GO, que: diz que o Plano é a opção de Garantia de água para
118 todos, que entende, e se solidariza, com a necessidade dos irrigantes, mas
119 que a execução do Plano precisa ser iniciada para que se resolva os
120 problemas, hoje, vivenciados; Passada a palavra ao Conselheiro Bento de
121 Godoy – Secima, o mesmo diz que concorda com as palavras do
122 conselheiro Juliano de Barros e se abstém do uso da palavra; Passada a
123 palavra a conselheira Jordana Gabriel – FAEG, ela diz que também faz coro
124 às palavras do Dr. Juliano, e que o plano precisa dar os condicionamentos e
125 as diretrizes a serem adotadas; o Conselheiro João Raiser, retoma a
126 palavra e esclarece que o plano traz esses condicionamentos e diretrizes
127 apresentando detalhes, tais como: de onde vem o Recurso, quais são os
128 envolvidos, quem são os participantes, quais os resultados esperados,
129 quais as Lacunas envolvidas e um histórico de “o porque” foi pensado e de
130 onde vieram essas ações; O conselheiro Alécio Maróstica, em sua réplica,
131 diz que: ninguém veio aqui contra o plano, e sim para saber sobre os dados
132 do plano, e que com dados equivocados o plano não será executado; o
133 presidente em exercício Maurício da Veiga Jardim, diz que vale lembrar que
134 o Plano traz uma visão Macro e que uma visão mais específica será tratada
135 com os planos de Bacias Hidrográficas; após todas as discussões o

136 Presidente da reunião coloca em votação a aprovação do Plano Estadual de
137 Recursos Hídricos, que é aprovado por unanimidade. **Nº 3 – Discussão**
138 **sobre o enquadramento dos Corpos Hídricos do Estado de Goiás;**
139 Passada a palavra ao Sr. João Ricardo Raiser para apresentação, que
140 esclarece que não é uma discussão e sim um informe; que o
141 enquadramento não é elaborado junto ao Plano Estadual de Recursos
142 Hídricos, que apresenta, apenas, diretrizes para a sua construção; que , o
143 mesmo, é elaborado junto ao Plano de Bacias; que participamos de três
144 Grandes Bacias Nacionais: Bacia do Paranaíba, Bacia do São Francisco e
145 Bacia do Araguaia / Tocantins, sendo que nas Bacias do Paranaíba e do
146 São Francisco já existem comitês Federais criados; que o Comitê da Bacia
147 Hidrográfica do Paranaíba já aprovou seu plano juntamente com uma
148 proposta de enquadramento e que esta proposta foi enviada ao Conselho
149 Nacional de Recursos Hídricos que a encaminhou a uma Câmara Técnica
150 para avaliação; que após a aprovação do Conselho Federal será
151 encaminhada a este Conselho para sua aprovação Final; que o Edital é
152 elaborado pela SECIMA, mas só é lançado após discussão junto ao Comitê
153 de Bacia Hidrográfica que é o Principal interessado e o responsável em
154 dizer o que espera do uso da água junto a cada uma das Bacias; **Nº 4**
155 **Aprovação do Regimento Interno do CERHI;** o Presidente passa a
156 palavra ao Secretário Executivo deste conselho, Ney Geraldo Borges, para
157 a apresentação; o Sr. Ney disse: Para a elaboração do Regimento interno
158 do CERHi, foi criado um comitê de Elaboração , Câmara Técnica, composto
159 pelos seguintes conselheiros: Luiz Carlos Zytkeuwisz – CEAmG; Marcos
160 Antônio Correntino da Cunha – ABRH; Henrique Luis Araújo Costa –
161 SANEAGO e Rogério Fernandes Rocha (Coordenador) – SECIMA; Diz
162 que esse processo é elaborado com base nas Leis existentes e que
163 foram alteradas poucas coisas em relação ao Regimento já existente;
164 que foi enviado uma cópia da proposta, por email, a todos os
165 conselheiros e por isso, todos já estão cientes de todo o conteúdo do
166 Regimento; que Uma das Alterações foi a criação da Secretaria
167 Executiva, que será a coordenadora dos trabalhos do Conselho;
168 Colocado em votação, os conselheiros sugeriram a alteração do Art.
169 4º, § 3º, que autorizava a recondução dos conselheiros para outro
170 mandato apenas uma vez e agora ficou assim: **§3º- Os membros**
171 **titulares e suplentes serão empossados por portaria do Secretário de**
172 **Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e**
173 **Assuntos Metropolitanos - SECIMA, para mandato de 02 (dois) anos,**
174 **permitida a recondução, e tomarão posse na primeira reunião ordinária**
175 **do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, após emissão das**
176 **Portarias;** após essa alteração, o Regime foi para a votação e
177 aprovado por unanimidade; **Voltando ao Nº 2 – Aprovação do Plano**
178 **Estadual de Recursos Hídricos,** da pauta, por deliberação dos
179 conselheiros, foi criada uma Câmara Técnica, para que a mesma faça
180 uma minuta de Lei, que será enviada para a Assembléia Legislativa

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERHi

181 para que seja criada a Lei que Institui o Novo Plano de Recursos
182 Hídricos. A Câmara, após definição do conselho ficou assim
183 composta: 5 membros, sendo, um membro do Ministério Público do
184 Estado de Goiás – MP-GO, um membro da Associação dos Irrigantes do
185 Estado de Goiás – IRRIGO-GO, um membro da Federação das Indústrias do
186 Estado de Goiás – (FIEG), um membro da Secretaria de Meio Ambiente,
187 Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos -
188 (SECIMA) e um membro da Empresa de Saneamento de Goiás S/A -
189 (SANEAGO); Posto em votação, a criação e composição da Câmara Técnica,
190 foi aprovada por unanimidade. Passando ao item III - Tribuna Livre; O
191 primeiro a pedir a palavra foi, o conselheiro Bento de Godoy, que disse aos
192 conselheiros que o comitê de Bacia do Rio Paranaíba, ao qual é o
193 Presidente, que tiveram avanços emblemáticos, na última semana, com a
194 aprovação da cobrança dos valores pelo uso de Recursos Hídricos,
195 aprovada de forma unânime; aprovação do Rito de priorização dos usos da
196 água, da barra montante, da Usina de Batalha, que é um local de potencial
197 conflito; que foi criado pelo comitê e que esse comitê trabalha embasado na
198 técnica; disse ainda, que a câmara Técnica criada deve incluir na minuta de
199 lei, como devem ser gastos os Recursos arrecadados; passada a palavra ao
200 conselheiro Alécio Maróstica, o mesmo diz que a IRRIGO nasceu com a
201 preocupação com a área irrigada e com o agricultor irrigante e que eles se
202 preocupam com a água e que por isso estão consultando vários parceiros
203 no Brasil e no mundo para que evitem qualquer tipo de problema; Passada
204 a palavra ao conselheiro Francisco Ganzer Neto, o mesmo diz que o Estado
205 arrecada cerca de R\$ 70.000,000,00 (Setenta milhões de Reais) em
206 Royalties da bacia do Paranaíba e que deveria usar parte desse recurso
207 para formar, na Secretária de Recursos Hídricos, uma equipe Grande,
208 Multidisciplinar com técnicos capazes com salários decentes para que os
209 trabalhos sejam feitos com mais rapidez; que os consumidores estão
210 sofrendo com a atual situação da Secretaria. Sem ninguém mais a se
211 manifestar o presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião.
212 Por fim, foi lavrada essa Ata, que lida e achada conforme, vai assinada por
213 mim, Secretário Executivo do Conselho, Ney Geraldo Borges, e pelo
214 Presidente do Conselho - Vilmar da Silva Rocha;

Goiânia, 01 de Junho de 2016



Vilmar da Silva Rocha
Presidente do CERHi



Ney Geraldo Borges
Secretário Executivo do CERHi